

APONTAMENTOS SOBRE O REGIONALISMO EM LITERATURA HOJE*

Albertina Vicentini***

Resumo: o artigo pretende discutir algumas questões sobre o regionalismo em literatura na atualidade. Pergunta se ainda é possível ligar a literatura regionalista exclusivamente ao mundo agrário/rural e qual seria um conceito possível dessa corrente hoje. Inicia pelos conceitos mais significativos já defendidos pela crítica, especialmente o de Antonio Candido; passa pelos argumentos de Cornejo Polar, Ángel Rama e Lígia Chiappini; e tenta subsidiar esses conceitos com uma discussão a respeito das desigualdades produzidas pelo avanço do capitalismo e as relações centro / periferia / subalternidade / subcultura internas. Assinala esses argumentos com alguns escritores atuais, especialmente Milton Hatoum, a partir de Tania Pellegrini, e Antonio Torres.

Palavras-chave: Regionalismo. Literatura. Regionalidade.

NOTES ON REGIONALISM IN LITERATURE TODAY

Abstract: *the article discusses some questions about regionalism in literature today. Question if it is still possible to connect the regionalist literature exclusively to agrarian world/rural and what would be a possible concept of this current today. Begins the most significant concepts already advocated by critics, especially that of Antonio Candido; it passes by the arguments of Cornejo Polar, Ángel Rama and Ligia Chiappini; and tries to subsidize these concepts with a discussion about the inequalities produced by capitalism and advance relations center/periphery/ subordination/internal subculture. Notes these arguments with some current writers, especially Milton Hatoum, from Tania Pellegrini, and Antonio Torres.*

Keywords: *Regionalism. Literature. Regionality.*

As discussões mais assinaladas sobre o regionalismo em literatura parecem ter seu ponto de partida no conceito de Afrânio Coutinho (1986) de que o regionalismo se ligaria especialmente ao mundo rural/agrário (em oposição ao mundo urbano), expondo seu modo de vida, sua atu-

* Recebido em: 15.11.2015. Aprovado em: 20.11.2015.

** Professora do Mestrado em História, Cultura e Poder da PUC Goiás. E-mail: albertinavicentini@uol.com.br.



ação, linguagem, crenças, valores etc. A partir de George Stewart [1948], Coutinho acentua o escritor regionalista como o que enfatiza o local no sentido estrito, a partir do natural desse lugar: natureza, clima, credences, usos e costumes que determinam o estilo de vida, os saberes etc. do homem que o habita. Discordando ou concordando com esse conceito, alargando-o até em algumas vezes, a crítica literária tem tomado essa temática assinalada por Coutinho quase como pressuposta e especialmente dentro da dicotomia campo/cidade. Sempre se fala em sertanejo, caipira, folclore, estandardização de elementos típicos, comida etc. quando se fala em obra regionalista.

Atualmente, no entanto, seria ainda possível ligar o regionalismo literário exclusivamente ao mundo sertanejo/rural/agrário em oposição às cidades? Parece-nos que não, ou seja, se essa perspectiva pode cobrir a questão de um regionalismo que se praticou (embora alguns ainda o pratiquem) até meados do século passado, hoje ela não parece recobrir o conceito a que se propõe. E isso porque, primeiro, o desenvolvimento capitalista nesse meio modificou significativamente a face do universo rural: as fazendas de ontem são os latifúndios de hoje, empresas agrícolas tocadas por grandes empresários e por maquinários extraordinários que expulsaram o homem do campo; vários setores do espaço rural se transformaram em chácaras de lazer do homem da cidade (especialmente as de zona mais próximas à região citadina); o regime de trabalho se modificou – o que vemos hoje é a chamada pluriatividade rural, ou seja, famílias que não se dedicam mais exclusivamente ao trabalho agrícola, mas mantêm outros tipos de atividade, como caseiros de chácaras de lazer (em que o homem do campo faz o serviço de limpeza e conservação de pomares e de espaços e a mulher cuida dos afazeres domésticos da casa grande); ou trabalham como artesãos que servem ao turismo e às feiras; que têm filhos trabalhando no campo em ajuda ao pai e na cidade em outros serviços; trabalhos sazonais e temporários para as grandes empresas, os chamados boias-frias etc. De outro lado, o homem do campo hoje convive com luz, com carros (quase sempre chega a ter um deles, mais velho), com telefones celulares, televisão, motos, shows na cidade próxima, aparelhos domésticos ou eletroeletrônicos e assim por diante, em pouco ou quase nada se diferenciando do homem da cidade nesses particulares. Essa nova face trouxe consigo mudança de valores, especialmente de valores locais: tradições, costumes, saberes, patrimônios e modos de ser, estilo de vida etc. se perderam e outros ocuparam os seus lugares. O mundo jovem desse ambiente rural pouco quer saber de um passado ou de uma experiência significativa e acumulada, trocando tudo pela informação da moda, dos astros da música etc. para sermos benjaminianos no raciocínio.

Segundo porque, há muito, nessa questão, outras relações dialetizaram esse espaço divisor que acontecia entre o campo e a cidade, conforme já assinalávamos em outro artigo (VICENTINI, 2007). Hoje, a relação capital/cidade do interior, esta última ainda herdeira de um mundo rural, mas também assimiladora de processos urbanos das capitais; a relação capital /periferia, onde, usualmente, se instala o homem expulso do campo que passa a conviver com as mazelas das grandes cidades; ligados a esses os temas da migração, exílio, desenraizamento, violência, sexualidade, angústias da existência etc. das cidades grandes assimiladas pelas cidades interioranas e pelas periferias; os modos de vida, gostos e costumes modificados etc. - todas são relações que não permitem mais a percepção do regionalismo como um mundo rural oposto a uma cidade urbanizada.

Antonio Torres, em *Essa terra*, obra de 1976, assinala com pertinência essa modificação através do campo temático da obra. Nenhum dos integrantes da família sobre a qual ele conta a história quer saber de viver no Junco, mundo rural perdido no sertão baiano e num passado que eles querem esquecer: Nelo, o irmão mais velho, preferido da mãe, que foi para a cidade grande e nada conseguiu, quando retorna à sua terra natal se suicida; três das irmãs preferem a prostituição na cidade interiorana maior, depois de terem fugido de casa com homens de quem apanhavam; a mãe, que saíra do Junco para Feira de Santana antes do pai, enlouquece e é internada pelo narrador em um hospício; o pai, o único que ficara sozinho no Junco, vai para Feira de Santana e parte depois para longe na carroceria de um caminhão; o narrador, Totoin, o filho mais novo, embarca para São Paulo ao final da narrativa.

A par da denúncia que Torres faz dos processos falidos de migração campo-cidade, suas mazelas, angústias de exílio e de retorno, o que fica mais latente em todos os personagens é o significativo esforço de esquecimento de um mundo perdido e que não se quer reencontrar. Não se quer encontrar porque nada esse lugar concede materialmente falando. Tanto é que o livro se divide em



quatro partes intituladas: essa terra me chama; essa terra me enxota; essa terra me enlouquece; e essa terra me ama – sintetizando o processo por que passam os personagens.

Esse é um dado que já figurava em *Angústia*, de Graciliano Ramos, em que Luiz Silva se mortifica na cidade capital de Maceió, buscando fugir das sombras e das sobras de uma sociedade patriarcal e atrasada de um mundo rural chefiado pelo avô, que ele tenta esquecer, mas que nele permanece como um visgo, um grude, que vem e vai por todo o tempo e provoca nele uma angústia interminável, inenarrável.

Ao que parece, atualmente, valem mais as classificações baseadas em relações econômicas desiguais que presidem e criam a subalternidade de lugares, costumes e relações sociais e políticas, zonas fronteiriças, que convivem com processos de urbanidade e de domínio.

Por exemplo, em texto ainda não publicado, porque ainda em fase de pesquisa, vimos assinando essas relações no fato de que o vocábulo *sertão*, secularmente atrelado à noção de regionalismo literário, está sendo trocado pelo vocábulo *cerrado* desde a metade do século XX, aproximadamente, pelo menos no no Centro-Oeste brasileiro e, especialmente, em Goiás: primeiro em relatórios e discursos governamentais e econômicos, planos de desenvolvimento, depois em campanhas eleitorais, em jornais, discursos de pesquisas universitárias e tantos mais, até se inserir no discurso cotidiano.

Se a palavra *cerrado* aparece com certa frequência desde os relatórios governamentais dos anos 30 e com mais ênfase nos discursos desenvolvimentistas de Juscelino Kubistchek nos anos 50, foi a partir dos anos 60, com o impulso dado pelo governo federal à indústria petroquímica, que a nova acumulação de capital para a indústria pesada no país tomou força. Essa nova modalidade de acumulação se transferiu para a agropecuária, mercado consumidor de fertilizantes e defensivos químicos, tratores etc., exigindo políticas e programas de promoção de novas tecnologias no campo, especialmente nos estados agrários da federação, como é o caso de Goiás. Programas como a SUDECO/SUDAM/POLOCENTRO e as pesquisas científicas da EMBRAPA/EMBRATER tornariam a agropecuária do Centro-Oeste “moderna e produtiva”, fazendo do cerrado (e, com ele, a região), antiga terra improdutiva, como constava nos livros de Geografia, uma terra “produtiva e rica”.

O discurso do cerrado, portanto, parece ser uma forma, de início, de se associar ao discurso econômico e político governamental da produtividade no campo (obtido via desenvolvimento capitalista) para, posteriormente, oferecer à nação uma nova face goiana. Os discursos da Economia, Geografia Física e Planejamento Governamental, em conjunto com as pesquisas sobre o cerrado, parecem ter sido os aliados da hora em que se substituiu, pelo estado goiano, a noção de fronteira. O cerrado, segundo esse discurso ideológico, seria “a realidade” do Estado no presente e para o futuro. E, para quem quer começar do zero, nada mais fácil do que assumir o discurso mais asséptico (politicamente falando), mais diretivo, preciso, científico e verificável como o da geografia física: cerrado - terra sem homem e sem história – aliado à produtividade econômica, no lugar do discurso do sertão, carregado de estigmas de atraso e caipirismo/sertanejismo.

Cornejo Polar, o crítico peruano, quando discorre sobre as obras regionalistas, centra seus argumentos em dois pontos significativos: o conceito de heterogeneidade e a História. O primeiro conceito, o de heterogeneidade, revela o descompasso que pode existir nas obras chamadas heterogêneas entre: o público leitor, a referência do texto e o autor da obra; entre a temática e a linguagem usada; entre a referência e a pertinência do enredo etc., que geram especificidades. O segundo argumento, a História, é relevante (assim como a geografia e o espaço, acrescentamos) não somente para assinalar as mudanças e o novo imaginário que com elas surge, como vimos acima (de onde a literatura há de extrair outras representações), mas também para distinguir os diferentes localismos (a que chamamos, nem sempre acertadamente, de regionalismos), ou seja: pode-se falar em diferentes regionalismos a partir de cada história local, de cada província, estado, cidade etc.

Só que isso não basta para discutir o regionalismo, que sempre é mais complexo do que se pode imaginar. Antonio Candido, como é sabido, alia o regionalismo à consciência do subdesenvolvimento do país (a palavra é típica da época do texto, anos 70). Embora a questão da consciência – que liquidaria com o regionalismo a partir de Guimarães Rosa, que já teria, segundo ele, a consciência aguda do subdesenvolvimento (tanto que chama à obra deste de super-regionalista) -, Candido parece acertar com uma face do regionalismo que, se na aparência é variedade de cultura, de usos e costumes, valores etc.,



na sua essência é produzido pela desigualdade política, histórica e, principalmente, econômica do país (ou países, porque regionalismo existe em qualquer nação). Em sociedades capitalistas (como a nossa e outras), o avanço material e econômico é sempre desigual, produzindo classes sociais e categorias de análise, como as de centro/periferia, atraso/civilidade, tradição/modernidade, que são importantes para discutir o regionalismo. E sempre também esse avanço material desigual é também combinado, produzindo diferentes temporalidades e usos de espaço, ou seja, o que julgamos ser variedades são, na realidade, produções de um sistema e de um modo de atuação, um processo desse mesmo sistema, que, no fundo, forma a História da nação, da região e do lugar.

Essas divisões que procedem das relações econômicas e relevam tanto hierarquia quanto subordinação dentro de funções sociais, históricas e políticas, disputas pelo poder e dependência, são, como assinala Pierre Bourdieu (1986), campos sociais em disputa, ou seja, são “lutas de classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através do princípio da di-visão” (1986, p. 113).

No regionalismo literário (como em tudo o mais: artes, política, economia), essas forças em disputa, que, diríamos, diferentemente da tradução de Bourdieu acima, que tentam impor as divisões do mundo social como legítimas (e não a “definição legítima das divisões do mundo social”) são, portanto, também ideológicas.

E, de fato, a ideologia é uma ótica pela qual se pode e deve enxergar o regionalismo, que, hoje, nos parece ampliado, escapulindo das imposições exclusivamente agrárias ou da aliança com o mundo rural para se aliar à subalternidade ou desigualdade de desenvolvimento econômico, que rebate no social, político e histórico-geográfico das regiões e povos, criando subculturas (diferentes combinações) na construção de uma identidade nacional. Desde que não se descuide de aliar aos seus resultados o próprio desenvolvimento formal e estético (e também ideológico) da narrativa literária, do modo de formar um texto literário, como costuma dizer Lígia Chiappini, o regionalismo literário ainda é uma vertente profícua de nossa literatura, especialmente porque, desde Graciliano Ramos, ao invés de somente produzir obras heterogêneas, isto é, descompassadas, como defende Cornejo Polar, alcança o processo da transculturação narrativa que, na perspectiva de Angel Rama, a partir de Fernando Ortiz, significa “diferentes fases do processo transitivo de uma cultura a outra, e que não consiste somente em adquirir uma cultura (...), mas implica também necessariamente a perda ou desenraizamento de uma cultura precedente, quer dizer, uma parcial desaculturação. Ademais significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que se podem dizer neoculturados” (RAMA, 1982, p. 53).

Essa concepção formulada a partir das relações entre literatura de colonização e literatura colonizada, numa dimensão que sempre traduziu a nossa própria literatura brasileira e a latino-americana, revela resistência em considerar a cultura própria, que recebe o impacto externo, como uma entidade passiva, sem nenhuma classe de resposta criadora. Os critérios de “seletividade e invenção”, segundo Rama, geram os elementos artísticos capazes de acrescentar uma transculturação aos objetos representados.

O descompasso que Polar aponta é, pode-se dizer, decorrente da desigualdade e da combinação de diferentes temporalidades, espaços e culturas impostas pelo desenvolvimento capitalista (a que Candido chamara de subdesenvolvimento). A transculturação narrativa proposta por Rama é o momento da transfiguração plástica e literária propriamente dita que o regionalismo conseguiu efetuar de forma mais consolidada a partir de Graciliano Ramos, passando por Guimarães Rosa, Antonio Torres, Francisco Dantas e Milton Hatoum.

Aliás, é Lígia Chiappini - que também recorre à História para estabelecer o seu conceito de regionalismo e em certos momentos ainda se atem ao mundo rural - quem alarga o conceito de regionalismo literário de maneira fundamental ao acrescentar à obra literária regionalista a noção de regionalidade. Diz ela que o “espaço regional criado literariamente aponta, como portador de símbolos (que é), para um mundo histórico-social e uma região geográfica existente. Na obra regionalista, a região existe como regionalidade e esta é o resultado da determinação de um espaço como região ou província ao mesmo tempo vivido e subjetivo”. E essa região internalizada à ficção é “momento estrutural do texto, mais que um espaço exterior a ele” (1995, p. 15).



Se a regionalidade é um espaço vivido e subjetivo e um momento estrutural do texto, não externo, portanto, o regionalismo deixa de lado o exotismo e o pitoresco, a superficialidade e a externalidade descritivas de que sempre foi acusado para demonstrar como o espaço, os usos e os costumes se internalizam nos personagens e na estória contada. Um modo faulkneriano de encarar a região e de observar que a dicotomia particular x universal não se aplica necessariamente como critério de crítica que define o regionalismo de uma vez por todas. Como todas as outras correntes, o regionalismo literário tem obras boas ou más e não deve ser balizado somente pelo particular, no sentido de que uma obra que atinge o universal não pode mais ser encarada como regional. Região internalizada leva sempre ao universal, embora tenha de passar pelo particular. Esboçada assim, a regionalidade passa a ser um dos valores da criação da singularidade dos personagens, do enredo, da linguagem etc. e, portanto, da fatura da boa literatura.

De maneira que determinar uma obra como obra regionalista significa buscar a função que a regionalidade nela exerce. Raciocinando em torno desse conceito, arriscamos a dizer que a regionalidade se marca pelo espaço geográfico, pelo espaço histórico, pelos usos e costumes de um local específico e, principalmente, pela hierarquia (desigual e combinada) social, que gera o valor maior para a criação do enredo e do personagem, como fez Faulkner em relação ao Sul dos Estados Unidos. Nesses casos, a obra seria regionalista. Quando personagens e enredo se constroem a partir de outras situações sociais ou existenciais que não necessariamente passam pelo local internalizado, a obra não será mais regionalista.

Esse conceito é bastante interessante porque decide sobre obras como, por exemplo, a de Milton Hatoum, em que a regionalidade amazônico/nortista é visível na instauração dos personagens e da estória.

Tania Pellegrini, em excelente ensaio sobre dois livros de Milton Hatoum – *Dois irmãos* e *Relato de um certo oriente* – enxerga nessas obras o filão regionalista. Avalia que a relativização do exótico, nesses romances, no sentido de que só está presente para quem não o conhece, e o fato de o autor situar suas tramas numa região tão específica do país constroem “uma ambiência que pertence a um território único, diferente de outros, com sua história e geografia próprias, espaço real e ao mesmo tempo simbólico, no qual as pessoas se encontram ou desencontram, entretecendo suas relações de identidade, que, naturalmente, são diversas das de outros territórios com outras configurações histórico-geográficas”.

Trazendo Angel Rama para colaborar com sua análise, Pellegrini ainda evidencia que, “ao meio físico representado nos textos corresponde a composição étnica, a produção econômica dominante, o sistema social, os componentes culturais produzidos e transmitidos dentro desses marcos, mas sobretudo a expansão de uma espécie de cultura que estabelece comportamentos, valores e hábitos. Podem-se aí reconhecer usos culinários, manejos linguísticos, crenças fundamentais que impregnam por igual os membros da comunidade e permitem que se reconheçam a si mesmos, diferenciando-se ou opondo-se a outros territórios”. É nesse sentido que ela coloca os dois livros como dois exemplares da ficção regionalista.

E continua, afirmando que, “desde sempre, os centros urbanos foram os principais polos criadores e transmissores de cultura; hoje, em tempos de mídia e mercado, são as grandes cidades do Sul e Sudeste do país que disseminam a cultura globalizada que nos chega dos polos emissores do primeiro mundo, permitindo, entretanto, conservar como rentável “folclore” ou “artesanato” a pluralidade cultural das regiões mais afastadas ou dos setores subalternos, integrando-os num multiculturalismo de mão única. É a esse tipo de situação que responde o regionalismo de Hatoum: lançando mão das contribuições das matrizes literárias urbanas clássicas, modernas e contemporâneas, já incorporadas, e à sua luz revendo os conteúdos regionais, compõe um tecido rico no seu hibridismo, que conserva vivas todas as suas fontes e é capaz de continuar transmitindo a herança delas recebida. É uma herança renovada que, todavia, ainda se identifica completamente com o passado, resgatando-lhe a identidade e impedindo sua transformação em “texto multicultural”.

Em outros termos, é para a regionalidade das obras de Milton Hatoum que Pellegrini aponta, discorrendo sobre o resgate do impasse criado pelas desigualdades da vida social e da cultura brasileira, incorporando uma cultura e termos heterogêneos numa “síntese de profundo significado humano e político”.



Referências

- BOURDIER, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CANDIDO, Antonio. “Literatura e subdesenvolvimento”. *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CHIAPPINI, Lígia. “Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 153-159. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1989/1128>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- PELLEGRINI, Tânia. “Milton Hatoum e o regionalismo revisitado”. Disponível em: <<http://cronopios.com.br/site/ensaios.asp?id=1766>>. Acesso em 20 jul. 2014.
- POLAR, Cornejo. “El indigenismo y las literaturas heterogêneas: su doble estatuto sociocultural”. *Actas. Seminário de crítica literária en latinoamerica*. Caracas, 1977.
- RAMA, Angel. *Transculturación narrativa em America Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1982.
- RAMOS, Graciliano. *Angústia*. SP: Record, 2005.
- TORRES, Antonio. *Essa Terra*. SP: Ática, 1976.
- VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e os sentidos do sertão. *Sociedade e Cultura, Goiânia, UFG*, v. 10, n. 2. jul./dez., 2007.

